

## AS CRISES RECENTES DA HISTORIOGRAFIA\*

*José D'Assunção Barros\*\**

---

**Resumo.** Esse artigo intenta refletir sobre as recentes crises da historiografia, mais especificamente sobre as crises das últimas décadas do século XX, o que permitirá examinar não apenas os questionamentos sobre os fundamentos da História, mas também a crise histórico-social à qual a História teve de se adaptar. Alguns problemas são examinados, tais como a crise da História Total com a correspondente alternativa da fragmentação; as relações entre história, mídia e exigências editoriais; e também a perda de sentido da história, de acordo com alguns analistas.

**Palavras-chave:** Crise; História Científica; Historiografia Contemporânea.

## THE RECENT CRISES OF HISTORIOGRAPHY

**Abstract.** This article attempts to reflect on the recent Crises of Historiography, more specifically the crises of the latter decades of the 20<sup>th</sup> century; this will allow an examination not only of the questionings on the fundamentals of History, but also of the historical-social crisis to which History had to adapt. Certain problems are examined, such as the crisis of Total History with the corresponding alternative of fragmentation; the relationships between history, media and editorial requirements; and the loss of sense in history, according to some analysts.

**Keywords:** Crisis; Scientific History; Contemporary Historiography.

## LAS CRISIS RECIENTES DE LA HISTORIOGRAFÍA

**Resumen.** Este artículo trata de reflexionar sobre las crisis recientes de la historiografía, específicamente, sobre las crisis de las últimas décadas del siglo XX, lo que permitirá examinar no sólo los cuestionamientos a los fundamentos de la Historia, sino también la crisis histórico-social a la cual la historia se tuvo que adaptar. Son abordados algunos problemas como la crisis de la Historia Total vinculada a la alternativa de la fragmentación; las relaciones entre Historia, medios de comunicación y exigencias editoriales; y también a la pérdida del sentido de la Historia, según algunos analistas.

**Palabras Clave:** Crisis; Historia Científica; Historiografía Contemporánea.

---

\* Artigo recebido em 25 de fevereiro de 2010 e aprovado em 27 de abril de 2010.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ.

## INTRODUÇÃO

A atenção e administração da perplexidade diante das crises historiográficas têm ocupado inúmeros historiadores da historiografia, sociólogos e filósofos da história, particularmente a partir do século XX. Há mesmo quem diga que o tema da “crise da História” tem sido uma constante há já dois séculos, como é o caso do historiador francês Gerard Noiriel (n.1950), que sustenta esta afirmação em seu importante ensaio de 1996 intitulado *Sobre a Crise da História*. Diante de crises e imaginários de crises que se renovam a partir de múltiplas formas e sob contextos diversificados, Noiriel pergunta-se pelas “razões que têm levado um crescente número de historiadores a falar de crise da disciplina em um momento no qual seu prestígio encontra-se particularmente elevado” (CUNHA, 2007, p.47). No presente artigo vamos entretecer algumas considerações sobre algumas das crises iniciadas nas últimas décadas.

A crise dos anos 1980 – que de alguma maneira perdura até hoje sem ter tido ainda respostas satisfatórias – tem seus marcos mais emblemáticos entre 1979 e 1989. Em 1979, Lyotard publicaria um livro intitulado *A Condição Pós-Moderna*, que tocaria na questão da “crise das metanarrativas”, isto é, no declínio de credibilidade de todas as ideias de que a História conduziria a algum destino melhor ou mais glorioso, como o triunfo da Razão, que havia sido previsto desde o Iluminismo, ou o reino da igualdade social prometido pelo Socialismo. A perda de esperanças ou convicções em um sentido da História – em um “telos”, para utilizar uma linguagem mais historiográfica – levaria todo um conjunto de historiadores a criticar modelos teleológicos da História. Em 1989, por outro lado, ocorrem eventos vários – históricos e historiográficos. A queda do muro de Berlim, encerrando todo um período de afirmação do socialismo real, levaria pensadores como Fukuyama a anunciarem um “fim da história”. Nos meios historiográficos, para além dos abalos no campo do Materialismo Histórico, o antigo modelo estrutural-serial da Escola dos Annales, que fora bem-sucedido por décadas entre meados dos anos 1940 e meados dos anos 1970, já não parece trazer respostas satisfatórias à historiografia. Os próprios Annales anunciam, através de um editorial em sua própria Revista, a percepção de uma crise.

Um ponto importante a se observar é que a Crise da Razão Histórica nos anos 1970 e 1980, embora tenha especificidades próprias, está relacionada também a repercussões relacionadas a uma crise mais

geral que perpassa o conjunto das Ciências Humanas como um todo, e a uma Crise do Conhecimento Científico de maneira ainda mais geral (CUNHA, 2007, p.43). Com relação a esta crise mais geral do conhecimento, será oportuno lembrar que a ideia de crise geral do conhecimento já era evocada em meados do século XX por Husserl, em uma obra intitulada *A Crise das Ciências Europeias* (1936), e que também Thomas Kuhn, em seu célebre ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado em 1962, já discutia a “crise de paradigmas”. Não tardaria que a filosofia social de Habermas desenvolvesse argumentos em termos de uma crise da “crise de legitimação” (1975), iluminando-a a partir de problemas éticos e identitários particularmente importantes, que poderão ser mais bem compreendidos se adentrarmos a impactante querela sobre a Pós-Modernidade.

Será oportuno sintetizar um pequeno contexto desta nova época a partir da qual têm sido geradas tantas inquietações. Fazendo-se notar já a partir do final dos anos 60, mas intensificando-se a partir de 1989 em virtude de certos acontecimentos políticos que incluem a crise do socialismo real, bem como uma nova fase mundial de grandes mudanças econômicas, políticas, culturais e tecnológicas, o novo contexto mundial tem levado diversos autores a se perguntarem se, nas últimas décadas, já não estaríamos vivendo em uma nova era, completamente distinta de períodos anteriores. 1968 e 1989 seriam as suas datas mais emblemáticas, mas os anos 1970, com sua reversão econômica a partir da Crise do Petróleo, e os anos 1990, com a extensão da internet e outros recursos informáticos a um universo muito amplo de usuários, certamente teriam consubstanciado processos que contribuem para delinear o novo período<sup>1</sup>. As características desta nova era, se pudermos chamá-la assim, incluem desde a acelerada informatização até o incremento do trabalho

---

<sup>1</sup> O ano de 1968 trouxe acontecimentos impactantes, tais como os assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy, a Guerra do Vietnã e os protestos que a ela se opuseram, além de greves gerais e manifestações estudantis no mundo inteiro. Muitos avaliam os acontecimentos dramaticamente expressos por este ano, e a própria década de sessenta como um todo, como ponto de chegada de um grande processo, e estendem para depois deste ano o período de ruptura (BENTLEY, 1989, p.137). Outros avaliam este ano como ponto de partida de novos tempos, ele mesmo produtor de rupturas importantes. De todo modo, a data se tornou emblemática, o que também ocorreu com o ano de 1989, representativo da crise do socialismo real e inspirador de debates sobre o fim da História (FONTANA, 2004, p.413-438). Enquanto isto, desde os anos sessenta inicia-se o processo de revolução informática que culminaria com a disponibilização da Internet para um número amplo de usuários, transformando a face comunicacional do planeta.

no setor terciário, desde o consumo exacerbado e multidiversificado até a expansão das grandes corporações internacionais, e desde a globalização até o estabelecimento de uma nova ordem mundial não mais ancorada na bipolarização da Guerra Fria.

Como denominar este novo período? Estaríamos vivendo uma fase do “Capitalismo Tardio”, tal como propuseram Ernest Mandel (1972) e depois Fredric Jameson (1984)? Vivemos presentemente a *Sociedade Pós-Industrial*, tal como propõe Domenico de Masi no livro de mesmo nome (1985), ou, antes dele, Alain Touraine (1969), Daniel Bell (1973)<sup>2</sup> e Arrigo Colombo (1978)<sup>3</sup>? Estarão as sociedades contemporâneas já redefinidas sob o signo da *Condição Pós-Moderna*, tal como propôs em 1979 Jean-François Lyotard?; ou seria chegada, depois da revolução agrícola e da revolução industrial, a hora e a vez de uma “Terceira Onda”, tal como anuncia Alvin Toffler (1995), reinterpretando aspectos relacionados à revolução informacional que também seriam tangenciados por Manuel Castells em sua antevisão de uma *Sociedade em Rede* (1996)?<sup>4</sup>

A mais brilhante análise dos desdobramentos culturais deste novo contexto, que se torna imprescindível para a compreensão de certos aspectos da Crise Historiográfica das últimas décadas, pode ser creditada às teses de Fredric Jameson sobre a temática, estendendo-se do seu ensaio sobre o Pós-Modernismo até obras mais recentes como *As Sementes do Tempo* (1994). Estas buscam enxergar, como já diz o título de seu mais célebre ensaio, o “Pós Modernismo” como “Lógica Cultural do Capitalismo Tardio”<sup>5</sup>. Não poderemos nos deter demasiado nesta aprimorada análise, uma vez que logo teremos que abordar mais

---

<sup>2</sup> Daniel Bell, que destaca como principal traço da nova era o predomínio do trabalho no setor terciário sobre todos os outros setores, fixa em 1956 a data de início da nova sociedade pós-industrial. Assim mesmo, considera a Sociedade Industrial uma continuação em grande escala da Sociedade Industrial, uma espécie de exacerbação desta, de modo que ainda não vemos aqui, claramente, a ideia de uma ruptura.

<sup>3</sup> O termo “pós-industrialismo” surge pela primeira vez com H. Belloc, no ensaio *The Servile State* (1913).

<sup>4</sup> É também em termos de uma Sociedade da Informação que Armand Mattelart desenvolve sua análise das sociedades contemporâneas (2002).

<sup>5</sup> A periodização proposta por Jameson – um período chamado “Capitalismo Tardio” – parte da formulação do economista belga Ernest Mandel (1923-1995) na obra com este mesmo título (1972). O *Capitalismo Tardio* – que hoje é denominado “globalização” – seria correspondente ao atual e terceiro estágio do sistema capitalista (que já teria conhecido duas fases anteriores, a do “capitalismo de mercado” e a do capitalismo monopolista ou imperialista (MANDEL, 1982).

diretamente a questão dos problemas que têm afetado a historiografia contemporânea; contudo, lembraremos o vivo quadro que Jameson desenha de um mundo no qual, em um novo momento do capitalismo multinacional, ocorrera uma extraordinária expansão tecnológica e comunicacional que passara a se tornar a principal fonte de lucro e inovação sob o contexto do predomínio empresarial das corporações multinacionais e o concomitante deslocamento do trabalho industrial para o universo de baixos salários dos países periféricos.

Nesse mundo, que inclui um poder sem precedentes da Mídia, a cultura expande-se a ponto de se tornar coextensiva à economia, gerando uma sociedade globalizada na qual todo objeto material ou serviço imaterial transforma-se em produto vendável. Guardemos este ponto, pois vai nos ajudar mais adiante a explicar por que a historiografia se transforma, ela mesma, em produto de consumo que, em alguns casos, predispõe alguns dos sujeitos produtores do conhecimento histórico a toda ordem de concessões à Grande Mídia, pulverizando seus objetos de estudo para oferecer às diferentes faixas do público consumidor o produto historiográfico de sua predileção em um novo padrão de operação historiográfica no qual, por vezes, deslocam-se para segundo plano instâncias que até então sempre haviam sido centrais para a história – como a precisão no trabalho com a base documental ou a obrigação de se ater a enunciados verdadeiros (embora mediados pelas subjetividades que o historicismo moderno e outras correntes reconhecem como inerentes ao trabalho do historiador).

A Cultura, agora convertida na carne e na trama da vida e da existência no Capitalismo Avançado, transforma-se em uma “segunda natureza” (JAMESON, 2006, p.13). Afirma-se, nos setores mais relativistas, céticos e desiludidos da intelectualidade ocidental, a “Morte do Sujeito”, o rompimento das identidades tradicionais, os abalos violentos naquilo que Koselleck mais tarde chamaria no seu livro *Futuro Passado* (1979) de “campo da experiência” e “horizonte de expectativas”, ocasionando na pós-modernidade capitalista a sensação de um passado sem memória e um futuro sem esperança como tendência existencial predominante. Estamos aqui diante de uma das principais características da Contemporaneidade apontadas por Jameson: a “perda da historicidade” (2006, p.13-14). Como poderia a historiografia, tão dependente do senso de passado e das expectativas de futuro, atravessar este vendaval sem sofrer abalos no âmbito da historiografia acadêmica e sem assistir estupefata à produção de questionáveis simulacros de

história, prontamente incorporados pelo mercado mundial como agradáveis objetos de consumo? Tem-se aqui, de acordo com um desdobramento analisado por Jameson, “a ascendência do espacial sobre o temporal”, consequência da instituição cotidiana da simultaneidade de eventos através da unificação virtual do planeta. Como não ver aí mais contragolpes a serem enfrentados pela historiografia diante de um mundo de superficialidades e de ausência de afetos, agora fascinado pelo “Histórico Sublime”? Oscilando entre a euforia do entusiasmo consumidor e a depressão niilista, o mundo pós-moderno encontra aqui a sua patologia existencial.

Uma parte importante da análise de Jameson, a qual talvez seja útil para a análise sobre certos setores da historiografia contemporânea, é a identificação do “Pastiche” como uma forma pós-moderna privilegiada, a qual certamente também atinge a historiografia. Em uma reflexão sobre este aspecto da análise jamesoniana, Perry Anderson, em seu livro *As Origens da Pós-Modernidade* (1998), assinala a emergência de algumas tendências literárias:

baralhar não apenas estilos mas as próprias épocas à vontade, revolvendo e emendando passados artificiais, misturando o documental com o fantástico, fazendo proliferar anacronismos, numa revitalização do que – ainda deve ser chamado de – romance histórico (ANDERSON, 1998, p.73).

Fenômeno também abordado por Jameson é o do esboroamento dos limites da investigação cultural no ambiente intelectual pós-moderno, aquilo a que o crítico marxista referiu-se em termos de uma diluição das fronteiras entre as disciplinas, avançando para muito além do que, em outro autor – o François Dosse de *A História em Migalhas* (1987) – é chamado de um perigoso exagero daquela interdisciplinaridade que havia sido tão bem articulada pelas duas primeiras gerações da escola dos Annales, e que agora, na geração de historiadores franceses que correspondia à *Nouvelle Histoire*, era criticada por François Dosse por ameaçar esboroar a história em um campo indefinido, anulando-a. Disciplinas as mais diversas parecem, segundo a perspectiva de Jameson, “cruzar-se em investigações híbridas e transversas que não mais podem

ser situadas em um ou em outro domínio" (ANDERSON, 1998, p.73)<sup>6</sup>. Eis, enfim, alguns dos aspectos assinalados por Fredric Jameson em uma das mais lúcidas análises elaboradas sobre o contexto da Pós-Modernidade Capitalista e alguns de seus resultados no mundo contemporâneo da Cultura. Para além destes aspectos, seria possível trazer para este contexto ainda outros fatores, como a "revolução informacional", examinada por Jean Lojkine dez anos depois do primeiro ensaio de Jameson, no livro que leva este nome (LOJKINE, 1995). O autor avalia para as décadas recentes o aparecimento de uma nova época, já bem distinta do período industrial, na qual se interpenetram informação e produção. Aqui, aliás, já nos encontraremos com as reflexões do sociólogo espanhol Manuel Castells sobre *A Sociedade em Rede* (1996).

Este grande contexto, pertinente ao mundo contemporâneo que enquadra as incertezas relacionadas ao contexto científico como um todo, repercute de modo direto em uma crise geral das Ciências Humanas. Estamos aqui, entre outros aspectos, no ambiente de repercussões do chamado "giro linguístico", que a partir dos anos 1960 começa a questionar a possibilidade de que o conhecimento se refira efetivamente a um real externo, já que, rigorosamente falando-se, tudo seria "discurso". Este tipo de reflexão produzirá na historiografia seus efeitos, pois uma parte dos historiadores começa a se questionar acerca das próprias possibilidades de a historiografia se referir efetivamente a um real vivido, recolocando o que ficaria conhecido como "crise dos referentes". Para historiadores como Hayden White (1973), a história não seria mais do que um "discurso sobre o passado em forma de prosa"; para o Paul Veyne em "Como se Escreve a História" (1971), esta não seria mais do que uma intriga. Este é um dos aspectos importantes da crise.

Ainda no que concerne à crise propriamente historiográfica – isto é, aos aspectos propriamente historiográficos desta nova Crise da Razão Histórica – destaca-se ainda um aparente paradoxo que já foi notado em outras ocasiões: embora uma crise efetiva seja percebida pelos

---

<sup>6</sup> Jameson, a este respeito, faz uma crítica à obra de Michel Foucault. Vale também checar os comentários de Culler em um texto de 1985 intitulado *On Deconstruction*: "Os praticantes de algumas disciplinas particulares reclamam que textos que consideram da sua modalidade têm sido estudados fora da matriz disciplinar que lhes é própria: estudantes de teoria lêem Freud sem se perguntar se a pergunta posterior em Psicologia possa vir a ter discordado de seus postulados; lêem Derrida sem possuir embasamento na tradição filosófica; lêem Marx sem estudar as descrições alternativas de situações econômicas e políticas" (1985, p.8).

historiadores no nível de seu próprio ofício e no âmbito dos parâmetros acadêmicos do fazer historiográfico, em poucos momentos teve a historiografia tanto sucesso editorial como a partir das últimas décadas do século XX. Esse aparente paradoxo entre o sucesso editorial e as incertezas acadêmicas é na verdade um aspecto constitutivo da crise, apresentando vários desdobramentos. Faremos notar o contraste que se acentua entre, de um lado, as pesquisas historiográficas de ponta, que são sancionadas pela Academia e são recebidas em um contexto livresco de franco declínio editorial, e do outro, as obras várias de vulgarização historiográfica, que nunca tiveram tanto sucesso de mídia nem tanta repercussão editorial. Surgem aqui tensões inusitadas nos meios historiográficos acadêmicos, pois existem os historiadores que alcançam a mídia e o sucesso editorial e os que permanecem desconhecidos do grande público. A questão foi tratada por autores como François Dosse em a *História em Migalhas* (1987), um texto no qual se denuncia o caráter de concessão à mídia por parte da terceira geração de historiadores ligada à Escola dos Annales. Menos crítico em relação aos novos rumos historiográficos e suas relações editoriais e midiáticas, o tema também foi tratado por Frank Ankersmit, no seu polêmico texto de 1989 sobre “Historiografia e Pós-Modernismo”.

É importante ter em vista que, apesar de a percepção da crise por parte dos historiadores profissionais apresentar considerável amplitude, não há consenso geral sobre o que definiria mais propriamente esta crise. Muitas leituras a respeito foram produzidas. Com o editorial de 1989 da *Revista dos Annales*, os historiadores que se postulam herdeiros desta Escola Francesa reconhecem uma crise no modelo historiográfico que eles mesmos haviam conduzido com sucesso durante décadas, e atribuem-na a um afrouxamento nos laços de interdisciplinaridade que haviam sedimentado suas realizações desde a fundação dos Annales. François Dosse, em contrapartida, atribui a crise a uma perda de identidade e a uma fragmentação da História que teria sido produzida precisamente por um exagero da interdisciplinaridade (1987). Também é na interdisciplinaridade que autores como Tuillier e Tulard enxergam os aspectos mais críticos dos novos tempos historiográficos (1986). Já alguns dos historiadores denominados “pós-modernos” reconhecem uma mudança nas expectativas historiográficas, mas, sem qualificá-las propriamente como uma crise, saúdam a emergência da consciência de que a história seria essencialmente um discurso, de que nenhum fim ou progresso poderia ser anunciado como produto da história vivida, e de que, no limite, a historiografia seria mesmo comparável à ficção.

Gerard Noiriel, em seu ensaio de 1996 sobre *A Crise da História*, examina a crise historiográfica a partir de um complexo de fatores, que inclui: (1) antes de tudo, a multiplicação de linguagens historiográficas, a partir da assimilação do discurso e do universo conceitual das ciências sociais e humanas, teria gerado espaços de não comunicação entre os historiadores; (2) seria visível um recuo das práticas coletivas de pesquisa; (3) far-se-ia notar o aspecto mais impactante da crise: a batalha das mídias, que estaria gerando concessões de historiadores aos vários meios de comunicação e de difusão editorial em detrimento das pesquisas historiográficas de ponta; e (4), seria possível notar ainda o esvaziamento das discussões mais propriamente científicas sobre a historiografia, concentrando-se o debate historiográfico em torno das questões midiáticas. Este último aspecto, aliás, é também discutido por Carlo Ginzburg ao abordar a cisão ou distanciamento entre teoria e prática como um dos traços mais evidentes da crise historiográfica da contemporaneidade. Em *Relações de Força* (2000), o micro-historiador italiano faz notar particularmente que “raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica foi tão grande quanto nos últimos decênios” (GINZBURG, 2000, p.14). À parte estes importantes aspectos, vamos nos deter em uma questão que apresenta alguns desdobramentos importantes para os aspectos mais especialmente relacionados à Razão Histórica.

### **A CRISE DA HISTÓRIA TOTAL E A FRAGMENTAÇÃO DA HISTÓRIA**

Em 1987 François Dosse publicou um livro que se beneficiou de incomum repercussão entre historiadores e demais simpatizantes da História como disciplina acadêmica. Tratava-se do ensaio *A História em Migalhas*. François Dosse escreve este livro com um endereço crítico certo: a *Nouvelle Histoire*, corrente historiográfica francesa que cultivava sua imagem em termos de corresponder a uma terceira geração dos Annales e que, de acordo com a demonstração de François Dosse, estaria na verdade em ruptura com as duas gerações anteriores da mesma escola. O problema maior identificado nesta nova geração de historiadores parecia ser o da fragmentação da História, o que “traíra”, para utilizar a própria expressão de François Dosse, os ideais de História Total que haviam sido tão zelosa e criativamente cultivados pelos antigos *annalistas* em quase quarenta anos.

Vamos desenvolver a seguir algumas considerações sobre esta “fragmentação”, e também sobre a “multiplicação de histórias plurais”, e não apenas relativamente à historiografia francesa, mas considerando a historiografia como um todo, pois este parece ser um dos problemas que mais têm impressionado os historiadores que se ocupam de uma reflexão sobre o seu próprio ofício. De fato, certo saudosismo da época em que era possível sonhar com uma História Total parece atingir historiadores tão diversos como Eric Hobsbawm ou como Joseph Fontana, que discute o tema no último capítulo de seu ensaio *A História dos Homens* (2004).

Quando François Dosse fala em uma “fragmentação da História”, ou mais especificamente, em uma “História em Migalhas”, está se referindo a uma pulverização imprimida na história pela *Nouvelle Histoire*, a partir de 1968, quando se modificam os interesses historiográficos e editoriais do movimento que um dia ficara conhecido como Escola dos Annales. Com os novos historiadores franceses da Nouvelle Histoire estaria ameaçada a própria identidade da história, já que estes vinham investindo na pulverização da produção historiográfica em uma desconectada quantidade de novos objetos e modalidades historiográficas, sem ligação umas com as outras (REIS, 2000, p.188). De alguma maneira, a História teria voltado a ser objeto para colecionadores de temáticas por vezes desproblematizadas, como se verifica, por exemplo, na história antiquária que havia sido tão condenada pelos próprios fundadores dos Annales, nos anos 1930. Esta é a crítica de François Dosse aos historiadores franceses que, à altura de 1987 – ano em que seu livro é publicado – dominavam institucionalmente os principais meios de produção, editoração e difusão historiográfica a partir do insistente discurso de herança e continuidade em relação ao projeto original dos Annales. Assim, seu livro *História em Migalhas* (1987) tem o tom da denúncia de uma impostura, e é encaminhado de fora, por um historiador que não pertence ao círculo privilegiado pelos novos dirigentes dos Annales.

Ao abordar o contexto que teria favorecido a pulverização historiográfica encaminhada por historiadores da *Nouvelle Histoire* nos anos 1980, François Dosse denuncia as concessões à mídia, ávida por objetos fáceis, superficiais, curiosos, por vezes esdrúxulos, mas de todo modo brilhantes como lantejoulas prontas a assegurarem uma fatia significativa do mercado editorial e midiático. Ao acederem ao apelo e às imposições da mídia por transformar a História em uma fábrica de mercadorias historiográficas de consumo, os *Annales* estariam dando

encaminhamento a um projeto conservador de falsa assimilação das diferenças, já que o resultado final da apresentação de uma miríade de objetos curiosos para o mercado de consumo seria a superposição de diferenças desconectadas entre si e sem relação a um centro, que não existiria. No limite tende-se à exposição antiquária de objetos diferentes em plena pós-modernidade.

Para além da fragmentação temática, um segundo aspecto que se liga ao movimento geral de pulverização da História é o da emergência das “histórias plurais”. Este âmbito da pulverização historiográfica deve ser atribuído a outra tendência emergente nos últimos tempos, o pós-modernismo historiográfico. Criticando esta tendência em seu texto “Começando o século 21”, inserido como capítulo na coletânea “Um Historiador fala de Teoria e Metodologia”, Ciro Flamarion Cardoso define as “histórias plurais” como “histórias que são *de* e *para* grupos definidos” (CARDOSO, 2005, p.100). Sua análise vai encontrar as raízes desta história setorizada – que representa o descrédito em relação às grandes análises holísticas da história – nas desilusões de uma geração que teria assistido aos fracassos do socialismo real desde os tempos do segundo pós-guerra, passando pela desilusão existencialista, e que em 1968 atinge a maturidade, voltando-se para os chamados “movimentos parciais de luta” – o feminismo, o ecologismo, o regionalismo, o movimento negro, o movimento gay. Ao mesmo tempo, outros componentes desta mesma geração teriam desembocado no neoconservadorismo, no neoliberalismo e em outros posicionamentos sociais. Neste grande contexto teria ocorrido um deslocamento das leituras progressistas sobre o século XX para as leituras que retratam este século como um grande período de atrocidades e explorações desumanas, tal como diagnostica Alex Callinicos em seu livro *Contra o Pós-Modernismo* (1989).

Todo este contexto de grandes desilusões contemporâneas em relação a uma história efetiva que trouxera totalitarismos e esperanças traídas, bem como tecnologias voltadas não apenas para o bem-estar humano, mas também para a manipulação das massas e para a destruição em massa, vira-se acompanhado no plano intelectual pelo fenômeno que se convencionou chamar de “morte dos centros”. A centralidade do discurso historiográfico europeu já vinha sendo criticada havia tempos, mesmo pelos próprios europeus, já não encontravam grande aceitação as metanarrativas que situavam este continente como lugar privilegiado para se entender a história da humanidade. Questionava-se agora o próprio

lugar da ciência como forma central de conhecimento para a compreensão da realidade, e, no limite, questionava-se a própria ideia de realidade como apreensível pelo intelecto humano e, em particular, pela história. Ruíram mesmo camadas novas de discursos científicos. Modelos que tinham um dia dado a sua contribuição para o próprio descentramento do homem ocidental e do racionalismo, como a análise da Psicanálise sobre o inconsciente humano, eram agora também qualificados como “metadiscursos” ou sistemas holísticos da compreensão humana a serem desconstruídos. A atitude pós-modernista, por assim dizer, tendia a impor a todos os discursos um ceticismo em muitos casos imobilizador. Em certos setores da intelectualidade moderna vive-se o relativismo absoluto do niilismo contemporâneo.

A divisão da História em uma pluralidade de histórias que se voltam para as várias identidades localizadas é, de certo modo, mais uma resposta à crise da História Total, mas devemos nos perguntar se ela resolve a crise ou se apenas encaminha uma nova crise. De fato, esta segunda fragmentação da História, não mais em migalhas temáticas – para retomar a expressão celebrizada por François Dosse – mas agora em “histórias plurais”, também traz desconexão, perda de sentido.

Há ainda uma terceira ordem de fragmentações que deve ser pensada para a compreensão dos problemas da historiografia contemporânea, a qual, de certa forma, fica mais explícita quando examinamos as heranças contemporâneas (ou pós-modernas) da Escola dos Annales. Denominaremos esta ordem de fragmentações de “interdisciplinaridades fragmentadas”, e a situaremos no seio de uma crise de um antigo projeto interdisciplinar que a história abarcara sob a influência decisiva das primeiras gerações da Escola dos Annales.

O que era, nos seus primórdios, a Interdisciplinaridade? Uma inusitada riqueza trazida pelo diálogo entre saberes distintos estava prevista tanto pelo projeto de Síntese Histórica antevisto por Simiand como pelo projeto interdisciplinar proposto por Bloch e Febvre de modo a estabelecer a identidade fundamental de um novo padrão historiográfico, que seria o dos Annales. Com a interdisciplinaridade proposta na primeira metade do século XX, o historiador era conclamado a abandonar a exclusividade dos limites de sua própria disciplina para apreender de outros campos de saber novos métodos, novos aportes teóricos, novos pontos de vista, novos objetos de estudo a serem constituídos. Além disto, estabelecia-se uma cooperação entre especialistas de campos diversos, para benefício de todos. A visão

historiográfica se ampliava; o historiador era conclamado a desenvolver uma visão mais abrangente, uma compreensão mais rica sobre as possibilidades do seu próprio ofício.

A expansão da História no decurso de todo o século XX, sob o espírito da interdisciplinaridade, foi certamente um fato. Surgiram novos campos, desde os gerados por diálogos com disciplinas já clássicas como a Economia, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, até novas possibilidades, como as interações com a ecologia ou com o cinema. A partir destes múltiplos diálogos, produziam-se inúmeros campos intradisciplinares, internos à própria História. Agora faziam parte do universo possível aos historiadores a História Econômica, a Geo-História, a História Cultural, a História das Mentalidades, a História Ecológica, a História do Imaginário, entre vários exemplos que poderiam ser aventados, para além das inúmeras modalidades historiográficas também geradas por objetos de estudos que passaram a definir uma História da Mulher, uma História da Loucura, uma História dos Marginais, e tantas outras possibilidades.

Ocorre que muitos historiadores começaram a se especializar nestes diálogos interdisciplinares, criando exatamente o efeito oposto do que estava previsto pelo projeto Interdisciplinar original: as fronteiras fechadas, os muros erguidos pelos especialistas, a hiperespecialização que impede a comunicação e inibe a visão abrangente, o diálogo, a apreensão do humano em uma totalidade desejável. Os diálogos no interior da própria história, quando se fazia um mau uso da especialização intradisciplinar, tornavam-se difíceis. O historiador econômico só dialogará com os seus pares – não mais considerados os outros historiadores, mas os demais historiadores econômicos; os eco-historiadores estariam aprisionados no interior do seu pequeno ecossistema intradisciplinar; os praticantes da psico-história comunicavam-se agora com um código próprio. Em muitos casos, não se criava um espaço de interação entre as próprias subespecialidades da História, e o campo disciplinar historiográfico mostrava-se fragmentado, compartimentado. Existem, claro, soluções bastante enriquecedoras e exequíveis, entre as quais a proposta de examinar a multiplicação interna da historiografia como um vasto repertório de conexões a serem estabelecidas. Nesta perspectiva, o historiador não deveria especializar-se definitivamente nos campos intradisciplinares, e sim, circular entre eles, ou ao menos conhecer amplamente as possibilidades internas da historiografia para assegurar a possibilidade de uma leitura mais

abrangente dos fenômenos históricos; contudo, um desenvolvimento paralelo que foi o do estímulo acadêmico à especialização parece ter conduzido muitos historiadores a um voluntário isolamento em seu compartimento de estudos. Tomava forma, desta maneira, um novo nível de fragmentação: o isolamento intradisciplinar.

As três ordens de fragmentação que acabamos de discutir colocam em xeque os modelos de História Total, as leituras historiográficas como sistema e as abordagens que procuram perceber certo sentido na História. Devemos nos perguntar agora se, diante das incertezas produzidas pelos três tipos de fragmentação indicados, podem ser entrevistas neste complexo horizonte historiográfico possíveis soluções. Estará mesmo perdida a História Total, aquela que pensava a historiografia em termos de grandes análises destinadas a retornar à sociedade com vistas a uma compreensão de si mesma? Joseph Fontana, no último capítulo de *A História dos Homens* (2004, p.473), apresenta uma expectativa interessante. Na verdade, o que teria entrado em crise nas últimas décadas não seria propriamente a História Total em si (isto é, a ideia de uma "história total" em si mesma). O que teria entrado em crise teria sido uma "História Total" específica: a História Total eurocêntrica.

Teria sido precisamente o novo contexto mundial, em que se multiplicaram os destaques para diversos centros políticos e econômicos, passando a incluir as Américas, a Ásia, os países islâmicos exportadores de petróleo, o que trouxera um elemento contextual de crise para aquele antigo modelo eurocêntrico que situava os países europeus no centro e no topo de uma história que se desenrolava como metanarrativa progressista e teleológica. Como ignorar a história da China em um contexto contemporâneo no qual esta apresenta um impressionante crescimento econômico, ou como ignorar o Islã, quando muitas das suas nações exportadoras de petróleo redefiniram os rumos da economia mundial nos anos 1970? Em outro âmbito, bem distinto, como ignorar, no contexto de uma sociedade dita democrática como a dos Estados Unidos, a necessidade de uma história dos nativos americanos que fosse colocada nos seus próprios termos, tal como propõe Georg Sioui em seu ensaio *Por uma Auto-história Ameríndia*, publicado em 1992? O problema desta crise de representações sociais na historiografia americana é bem colocado por Rosenzweig em seu importante ensaio sobre o "passado coletivo de negros e índios americanos" (ROSENZWEIG; THELEN, 1998, p.147-176). Problemas como estes são fulcrais para se entenderem as crises da historiografia contemporânea, uma vez que para esta flui

outra das mais importantes crises da História-Efetiva: a crise das identidades na Pós-Modernidade. Em um âmbito mais vasto, porque toca na questão da utilização da historiografia para atender aos interesses imperialistas, poderia ser citada ainda a polêmica denúncia encaminhada por Edward Said em seu livro *Orientalismo*, publicado em 1978, no qual mostra como a dicotomização entre o Ocidente e uma alteridade oriental produzida nos meios acadêmicos pode ser utilizada como arma para a sujeição política (SAID 2007).

Para além da exclusão da historiografia de uma série de povos fora do circuito europeu e norte-americano, o modelo eurocêntrico-ocidental em crise também revelava nas últimas décadas do século XX outra de suas graves limitações: tratava-se também de uma história que excluía determinados grupos sociais, etnias, e que até mesmo revelava certas limitações com relação à História das Mulheres. O historiador indiano Ranajit Guha (2002), por exemplo, demonstrou como era ainda rudimentar uma História dos Camponeses nos seus próprios termos, assim como a história de outros grupos sociais que passou a reunir na rubrica dos “estudos subalternos” (1996).

O que nos mostram exemplos como estes? Em sociedades que se apresentam como democráticas, nem sempre a historiografia oferece representatividade para etnias e grupos sociais que a compõem. Quando os abordam, dificilmente a historiografia se mostra construída nos seus próprios termos. De igual maneira, torna-se cada vez mais insustentável o silêncio de uma historiografia ocidental em relação a países que já impõem a sua presença no cenário econômico e mundial, ao lado de outro fenômeno, que corresponde à antiga manipulação conceitual e historiográfica em relação a outros povos e realidades culturais que se queria ver submetidos. Estes problemas diversos, que repercutem e se afirmam cada vez com maior intensidade nas últimas décadas, colocam a nu a inadequação de uma historiografia centrada nas nações ocidentais dominantes e na exclusão de grupos sociais, mesmo nos países dominantes, para não falar nas dificuldades de se trabalhar com a complexa questão das identidades nos tempos contemporâneos. Seria este modelo de História Total – na verdade uma falsa “história total”, porque parcializada, apesar do seu discurso – que teria entrado em crise e gerado respostas diversas como a das histórias parciais voltadas para os grupos sociais excluídos ou para as questões contornadas pela historiografia ocidental, tal como a questão ecológica, as questões de gêneros e tantas outras.

Em vista disto, fica a indagação: se for substituído este modelo inadequado de História Total, porque na verdade é parcial e eurocêntrico, por um outro modelo que melhor expresse a pluralidade global e a diversidade social, não seria possível retomar a ideia de uma conexão histórica mais ampla, permitindo avançar para além das “migalhas temáticas” e das “histórias plurais desconectadas”? Não seria possível pensar em uma “História Total Plural”? Como isso poderia se viabilizar? Estas perguntas permitem que nos situemos diante de um novo horizonte de expectativas.

### **A CRISE DAS TELEOLOGIAS E A PERDA DO SENTIDO HISTÓRICO**

*A História tem um Sentido?* Com esta indagação o historiador Remo Bodei intitula seu pequeno ensaio, no qual se propõe a tecer reflexões precisamente em torno de uma das mais inquietantes questões que se têm colocado à historiografia na contemporaneidade. A História-Conhecimento, isto é, a Historiografia, perdeu o sentido? A História-Efetiva, que é a maneira como estaremos nos referindo aos processos históricos que se dão na realidade vivida, alguma vez teve sentido? Estas questões têm sido colocadas desde a década de setenta do século XX por diversos historiadores e por alguns setores historiográficos, entre os quais o chamado “pós-modernismo”. Remo Bodei, para desenvolver sua reflexão sobre a relação entre Historiografia e Sentido Histórico, chega a propor uma inversão de pergunta: “Como chegamos a pensar que a História tenha sentido?” (BODEI, 2001, p.15).

De outra parte, autores vários têm se batido por uma renovação historiográfica precisamente para salvar a história de descrença e do ceticismo. Argumentam que, diante da crise discursiva que afeta a historiografia, esta poderia se ver renovada se encontrasse novos padrões de expressão e se, sobretudo, os historiadores adquirissem maior consciência acerca da natureza dos problemas que presentemente afligem seu campo de estudos. Em *História dos Homens* (2004), Joseph Fontana expressa sua posição quanto à necessidade de “busca de novos caminhos” e discute uma interessante questão a partir de alguns dos últimos textos de Walter Benjamin (1892-1940), concentrando-se mais especificamente

em um texto inacabado do historiador alemão que ficou conhecido como *Livro das Passagens*<sup>7</sup>.

Walter Benjamin, um historiador marxista da primeira metade do século XX, estava particularmente preocupado ao mesmo tempo em denunciar a crise que já se anunciava em sua época (e as razões reais desta crise) e em apresentar possíveis saídas para a historiografia contemporânea. Benjamin irá situar as origens desta crise, que ainda se estende para a atualidade, em tempos bem anteriores. Sua análise remonta ao momento em que a ideia de progresso – que havia sido gestada no século XVIII e desempenhara um papel revolucionário na filosofia iluminista e na época da Revolução Francesa – foi reapropriada pelo Positivismo oitocentista para sustentar uma posição sociopolítica conservadora, já no contexto de Restauração. Neste novo contexto, e um pouco depois com o apoio da emergente “teoria da evolução”, o século XIX teria promovido uma espécie de “naturalização” do progresso, passando a investir na ideia de que o progresso realiza-se automaticamente. Tem-se aqui, entre outros aspectos, um convite à inação de grupos sociais na História-Efetiva. Data daqueles tempos, diz-nos Walter Benjamin, uma forte ideia de linearidade, agora revestida de um novo tipo de cientificismo, que teria introduzido no Ocidente uma prática historiográfica equivocada, na qual um determinado modelo interpretativo que tem em vista um dado resultado teleológico é concebido abstratamente para, a partir daí, recolher os fatos que possam se encaixar na interpretação preconcebida. Diz-nos Benjamin que o que conviria, ao contrário, seria “começar pelo fato concreto, pelo acontecimento com tudo o que tem de complexo e peculiar” (FONTANA, 2004, p.474).

Um pequeno paradoxo complicador é também apontado por Walter Benjamin. Em fins do século XIX, um setor da historiografia bastante associado a esta maneira de enxergar as coisas viu-se intensificado pela perspectiva de uma cientificidade de tipo positivista, com forte influência do evolucionismo; mas enquanto isso um setor das ciências físicas e naturais já estava caminhando para a complexidade, desenvolvendo uma vigorosa crítica do mecanicismo que logo resultaria na elaboração da Física Quântica e da Relatividade, apenas para exemplificar com o campo da Física. A crítica da causalidade, nestes

---

<sup>7</sup> O livro foi publicado por Rolf Tiedemann com o título “Passage Werke”. A obra serviu de base a Josep Fontana nos seus comentários sobre as crises e incertezas atuais, no último capítulo de *História dos Homens* (2004, p.474).

setores questionadores das ciências da natureza, começava a se articular a uma proposta de não linearidade; as “probabilidades” e “possibilidades” começavam a se oferecer como alternativa às antigas buscas de certezas; desenvolvia-se um campo de estudos sobre o caos e a complexidade. Ao mesmo tempo em que isto tudo ocorria, paradoxalmente, setores inteiros da historiografia propugnavam um modelo cientificista que se ancorava no próprio modelo linear e mecanicista que já vinha sendo criticado por setores mais avançados das ciências naturais e exatas. Tratava-se de um curioso paradoxo: mesmo os setores mais avançados da historiografia não estavam sintonizados com estes setores mais inovadores das ciências exatas e naturais. Existia aqui (e existe ainda) um diálogo que parecia estar perdido para a historiografia.

Chamaremos de “teleologia reversa” ao problema que está por trás deste aparente paradoxo e que se torna pouco visível para os próprios historiadores. Esta expressão não foi utilizada por nenhum dos autores aqui discutidos, nem mesmo por Josep Fontana, que elaborou esta grande articulação de propostas; mas acreditamos que seja uma expressão bastante adequada para nomear o fenômeno em discussão.

A ideia ventilada por Fontana é de que, desde muito, a historiografia tem sido construída de maneira *teleológica* em função do ponto ao qual chegamos no presente, particularmente com base em uma certa perspectiva que ainda segue sendo bastante otimista com relação ao modelo de progresso do século XIX, e que ainda traria consigo traços muito fortes do antigo eurocentrismo – quando muito deslocado para uma centralidade que situa no lugar privilegiado do discurso histórico o “modo ocidental de ver as coisas”, o que vem a ser no fundo apenas uma variação do eurocentrismo. Atentemos desde já para o fato de que Fontana não está se referindo aqui às metanarrativas que apontam para o futuro – aquelas metanarrativas que prometiam a realização plena da Razão ou a conquista de um paraíso socialista ao final do percurso histórico humano. Na verdade, este tipo de metanarrativa, que já havia sido criticado pelo Pós-Modernismo desde os anos 70 e 80, não corresponde à questão que está sendo tratada aqui – muito embora possa até ser considerado como um caso particular do problema apontado por Benjamin, e depois por Fontana.

Na verdade, estes autores estão se referindo a uma teleologia mais sutil, que reconstrói a história de uma maneira igualmente linear, mas aponta para o nosso próprio presente como ponto de chegada. Quando se coloca nesta perspectiva, o que um historiador faz é selecionar os seus

objetos e fatos históricos apenas levando em conta uma história cujo final ele já conhece e que se situa no seu presente. Em outras palavras, ele escolhe tudo aquilo que se encaixa no desenvolvimento histórico linear que teria resultado em seu (nosso) mundo presente e despreza tudo o mais: as experiências humanas não concluídas, as grandes e pequenas descontinuidades, as hesitações e tateamentos, os desenvolvimentos interrompidos, os atalhos históricos não percorridos – enfim, o historiador, ao trabalhar com esse tipo de “teleologia reversa”, termina por desprezar todo um material histórico de grande riqueza – um material histórico que poderia trazer contribuições para a reinvenção do nosso próprio presente, mas que é literalmente condenado ao esquecimento por este sutil processo que se inscreve simultaneamente em nosso padrão historiográfico e em nossos recursos de escrita. O grande pecado historiográfico, do qual poucos estariam se dando conta, seria o da “Linearidade”. Vejamos as próprias palavras de Joseph Fontana:

Abandonar a Linearidade ajudar-nos-á a superar não só o eurocentrismo, mas também o determinismo. Ao propor as formas de desenvolvimento econômico e social como o ponto culminante do progresso – como o único ponto de chegada possível, apesar de suas deficiências e de sua irracionalidade – escolhemos, dentre todas as possibilidades abertas aos homens do passado, somente as que conduziram ao presente e menosprezamos alternativas que alguns propuseram, ou tentaram, sem nos determos em explorar as possibilidades de futuro que continham (FONTANA, 2004, p.478).

O padrão específico de fazer historiográfico ao qual se refere Josep Fontana – imaginar de antemão um ponto de chegada (que neste caso específico é o nosso próprio presente) e a partir daí ir selecionando apenas o que interessa do vasto material empírico que a história nos oferece – é, na verdade, uma variação de um modo de pensar e de uma postura metodológica mais amplos, já de muito arraigada na prática historiográfica ocidental. Em seu célebre ensaio “As Peculiaridades dos Ingleses”, incluído pela primeira vez na coletânea *A Miséria da Teoria* (1978), Edward Thompson já ressaltava que “nada é mais fácil do que levar um modelo até o prolífero desenvolvimento da realidade, dele selecionando apenas as evidências que estiverem em conformidade com os princípios seletivos” (THOMPSON, 2001, p.154). No caso da grande tendência ocidental a construir a história de acordo com a teleologia reversa, essa mesma prática é construída sob o signo da linearidade, do

enquadramento de tudo em uma história da qual já se sabe de antemão o final, e do silenciamento de todas as vozes que atrapalham o enredo coerente, construído à maneira do romance tradicional.

A contraproposta a este fazer historiográfico que surge quase naturalmente em nossa cultura já foi aventada por alguns historiadores, em falas isoladas e pouco percebidas. Fontana cita Christopher Hill, que teria comentado que valeria a pena “adentrarmos imaginariamente o passado no tempo em que as diversas opções pareciam abertas” (FONTANA, 2004, p.479)<sup>8</sup>. Christopher Hill, aliás, é um dos historiadores que de algum modo trabalham, já faz algum tempo, com esta perspectiva complexa. Um grande número destas alternativas, descontinuidades e bifurcações não percorridas nos é trazido pela leitura de seu livro *O Mundo de Ponta-Cabeça*, um ensaio sobre os reformistas radicais do século XVIII que foram engolidos pela Reforma Oficial que passou a vigorar na Inglaterra e se adaptou ao sistema.

### CRISES DA HISTÓRIA-CONHECIMENTO: CONCLUSÕES

Aspecto possível de ser examinado quando se fala em “crise” é o da natureza de sua origem. Ainda que, rigorosamente falando-se, toda crise tenha origem em certa complexidade de elementos, podemos classificar os elementos que produzem a crise de duas formas em relação ao sistema que está em situação crítica. Há os fatores endógenos, que são aqueles que foram produzidos pelo próprio sistema em causa; e há os fatores exógenos, que são aqueles que intervieram de fora.

A Historiografia Ocidental, no decorrer de dois séculos desde princípios do século XIX, foi produzindo com o seu próprio desenvolvimento aquilo que podemos definir como uma “superconsciência histórica”. Cada vez mais o homem contemporâneo (e mais ainda o historiador) foi elaborando uma consciência da própria relatividade e historicidade da história, o que se deu no decorrer de maturações várias que vão do desenvolvimento da hermenêutica historicista à crescente tomada de consciência gerada pela própria prática historiográfica, ao se confrontar com níveis vários de subjetividade nos vários momentos da operação historiográfica. Este processo, de alguma maneira, foi interno à História. A natureza deste próprio conjunto de práticas e representações que é a historiografia leva o seu primeiro

---

<sup>8</sup> A obra citada é: (HILL, 1980, p. 33).

praticante, o historiador, a desde o primeiro momento de seu trabalho entrar em contacto com a natureza relativa e histórica daquilo que servirá de base material para a produção do conhecimento histórico: a fonte.

Desde os primeiros historicistas que desenvolveram a crítica documental, e mesmo antes, a historiografia tomava consciência de que um texto produzido por um ser humano no passado, fosse ele quem fosse, trazia marcas diversas de subjetividades e de contextos que o circunscreviam, de interesses pessoais, de posições de classe, de negociações realizadas entre o emissor e o destinatário do discurso registrado em texto, de aderências a um estilo ou gênero já consagrado pelo uso, de condições de produção do texto, e assim por diante. O documento histórico não podia ser examinado como algo transparente, como mero testemunho que expunha objetivamente informações sobre o passado. A subjetividade humana e a complexidade que envolvia o seu enunciador eram inseparáveis da fonte histórica – do texto que o historiador deveria analisar no ponto de partida da sua operação historiográfica.

Ora, era inevitável que essa mesma historiografia, cedo ou tarde, percebesse que o próprio texto produzido pelos historiadores era, ele mesmo, um texto da natureza, ou seja, atravessado por subjetividades e complexidades várias. Por isso, a crítica do historiador contemporâneo também começou a se voltar contra ele mesmo, e não é por acaso que no século XX comecem a surgir cada vez mais textos que refletem sobre a própria historiografia, e não mais apenas sobre a História-Efetiva. Os textos que começam a surgir na década de 1970 constituem um momento de maior intensificação, incluindo obras como “A Operação Historiográfica”, de Michel de Certeau, “Como se escreve a História”, de Paul Veyne, “A Meta História”, de Hayden White, e tantas outras. Foi se desenvolvendo no historiador contemporâneo, enfim, aquilo que poderemos categorizar como uma “superconsciência histórica”.

Este foi um fator endógeno, desenvolvido no seio dos próprios processos de transformação da historiografia ocidental, que tem contribuído para as crises cíclicas da historiografia, se aqui pudermos utilizar esta imagem emprestada à Economia para se referir às crises cíclicas do Capitalismo. Como está superconsciente de sua própria historicidade, o historiador é constantemente levado a repensar os caminhos da historiografia que produz. Naturalmente, fatores externos também trazem a sua contribuição. Desenvolvimentos advindos de outras áreas da reflexão humana também afetam constantemente a

historiografia, um campo que foi cada vez mais se afirmando como interdisciplinar, e como tal, aberto a contribuições externas. O chamado “giro linguístico” dos anos 1960, por exemplo, com seus questionamentos em torno do predomínio da linguagem sobre o pensamento, intensificou em historiadores vários uma reflexão sobre os limites da narrativa histórica: uma vez que é a linguagem que estrutura o pensamento, até que ponto uma narrativa historiográfica pode efetivamente se colocar como relacionada de maneira significativa e relevante ao real? Este tipo de reflexão iria centralizar as práticas e representações de um setor da chamada historiografia pós-moderna que, no limite, passou a reduzir a historiografia apenas ao discurso.

Na História-Efetiva também nos deparamos frequentemente com crises extremamente breves e crises mais longas, que por vezes duram séculos. Também a historiografia apresenta suas crises mais extensas, e suas crises de menor duração. As crises dos fins da História, como foi o caso da celeuma gerada pela impactante mas fugaz afirmação de Fukuyama de que “a história tinha chegado ao fim” em 1989, foi uma destas microcrises. Movimentou muito a atenção da crítica e da intelectualidade da época, particularmente no seio da historiografia com posições mais contrárias do que a favor, e em pouco tempo caiu no esquecimento. Verificou-se, mais tarde, que a atenção despertada pelo “fim da história” de Fukuyama foi mais um efeito de mídia do que qualquer outra coisa. Há crises mais longas. As incertezas apontadas desde o final dos anos 80, as quais podem ser exemplificadas com aquele editorial dos *Annales* de 1989 que mencionamos no início deste artigo, parecem perdurar ainda hoje. De todo modo, é sempre importante distinguir as crises que são mais longas e não de requerer planejamentos mais sistematizados para a sua superação, de crises que correspondem a perturbações temporárias próprias dos próprios mecanismos de regulação de um sistema, de uma prática, de um grupo, ou mesmo de um indivíduo.

Também podemos falar em crises de baixa intensidade e em crises de alta intensidade. É ainda importante distinguir as crises gerais que afetam a historiografia como um todo das crises localizadas ou específicas, que afetam uma historiografia em particular. Uma crise envolvendo a ideia de cientificidade, por exemplo, abateu-se sobre a historiografia que se produzia sob o signo da herança das duas primeiras gerações da Escola dos *Annales*, e que tinha na eficiência do modelo serial-quantitativo o seu maior ícone. Nos anos 80, a História Serial começou a ser questionada, e as correntes da historiografia francesa que

se postulam como herdeiras dos *Annales* (e outras por elas influenciadas, no mundo inteiro), entraram em crise. Os novos historiadores, como Georges Duby, já não queriam falar em cientificidade; questionavam os métodos científicos das abordagens seriais e quantitativas; admitiam preencher lacunas da **História-Efetiva** com a imaginação; e chegavam a declarar que a História, antes de tudo, é feita para divertir.

Esta inversão de expectativas, em relação a todo um padrão historiográfico anterior, pode ser também examinada como uma resposta à crise. Tal como propõe Ladurie em suas reflexões sobre o conceito de crise (1976), uma crise é tempo de decisão no qual o sistema opta por decair ou reconstituir-se de uma nova maneira. Superar a crise, certamente, exige esforço, e a crise também pode ser definida como toda a situação de mudança que exige, da pessoa ou do grupo afetado, um esforço suplementar para manter o equilíbrio ou estabilidade. Ocorrendo este esforço, a crise pode ser vista como ocasião de crescimento, que conduzirá a novas situações de equilíbrio e prosperidade. Já é lugar-comum citar o caso da língua chinesa, na qual o mesmo ideograma remete às situações da crise e da oportunidade. As crises na história – das de baixo impacto às de alto impacto, das fugazes às de longa duração, das que trazem decadência às que permitem crescimento, das que perturbam às que autorregulam, das que são geradas por dentro às que vêm de fora – podem ser pensadas, em um plano mais alto, como partes importantes desta complexa história da historiografia.

#### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *O Fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 [original: 1998].

ANKERSMIT, F. R. Historiografia e Pós-Modernismo. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 113-135, 2001. [original: 1989].

BELL, Daniel. *The Coming of the Post-Industrial Society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books Inc., 1973.

BELLOC, Hiltaire. *The Servile State*. Boston: T. N. Foulis, 1913.

BENJAMIN, Walter. *Passagenwerk*. *Gesammelte Schriften*: vol. V. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1980.

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986 [original: 1940].
- BENTLEY, Michael. *Modern historiography: an introduction*. London: Routledge, 1989.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*. Paris: A. Colin, 1974.
- BODEI, Remo. *A História tem um Sentido?*. Bauru: Edusc, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de Teoria e Metodologia*. Bauru: Edusc, 2005.
- CALLINICOS, Alex. *Against Post-Modernism: a marxist critique*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- COLOMBO, Arrigo. *La Società del Futuro*. Bari: Dédalo, 1978.
- CULLER, Jonathan. *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*. Londres: Methuen, 1985.
- CUNHA, Flávio Saliba. *História e Sociologia*. São Paulo: Autêntica, 2007.
- DE MASI, Domenico. *A Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: SENAC, 2003 [original: 1985].
- DOSSE, François. *L'histoire em miettes: dès Annales à La Nouvelle Histoire*. Paris: La Découverte, 1987.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1953.
- FONTANA, Joseph. Em busca de novos caminhos. In: *História dos Homens*. Bauru: Edusc, 2004. p.471-490.
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUHA, Ranajit. *History at the Limit of World-History*. Columbia: Columbia University Press, 2002.

- GUHA, Ranajit. *The Small voice of History*. Estudos Subalternos. Delhi: Oxford University Press, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.
- HILL, Christopher. *Some intellectual consequences of the English revolution*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1980.
- HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HUSSERL, Edmund. *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2008 [original: 1936].
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2006 [original: 1984].
- JAMESON, Fredric. *As Sementes do Tempo*. São Paulo: Ática, 1997 [original: 1994].
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [original: 1962].
- KON, J. S. *El idealismo filosófico y la crisis en el pensamiento histórico*. Buenos Aires: Platina, 1962.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *La crise et le historien*. In: *Le Concept de crise*. Paris: Seuil, 1976.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortês, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998 [original: 1979].
- MANDEL, Ernst. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [original: 1972]. (Coleção Os Economistas).
- MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- NOIRIEL, Gerard. *Sur La crise de l'histoire*. Paris: Editions Belin, 1996.
- NOVICK, Peter. *That Noble Dream*. The 'Objectivity-Question' and the American Historical Profession. Nova York: Cambridge, 1988.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ROSENZWEIG, R.; THELEN, D. History in Black and red: African American and American Indians and their collective pasts. In: *The presence of the Past – Popular uses of history in American Life*. New York: Columbia University Press, 1998. p.147-176.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMIAND, F. Méthode historique et science sociale. *Annales ESC*. Paris, n.1, jan/fev 1960 [original: Revue de Synthèse, 1903].

SIOUI, Georg. *For an Amerindian Autohistory*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1992.

THOMPSON, Edward. As Peculiaridades dos Ingleses. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros textos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.75-179.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. *Creating a new civilization: the politics of the Third Wave*. Atlanta: Turning Publishing, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *La Société post-industrielle*. Paris: Denoel, 1969.

THUILLIER, Guy; TULARD, Jean. *La Méthode en Histoire*. Paris: PUF, 1986.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].

WHITE, Hayden. *A Meta-História: a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992 [original inglês: 1973].